

**MONARQUIA OU REPÚBLICA?
O ASSUNTO NA GAZETA DE NOTÍCIAS E A OPINIÃO DE MACHADO DE ASSIS**

Daniela MANTARRO CALLIPO

Resumo: Durante o ano de 1883, a medição de terras do patrimônio dotal do Conde e da Condessa d'Eu repercutiu de maneira negativa no Senado e provocou uma discussão sobre qual a forma de governo mais barata, se a monarquia vigente ou a república. Machado de Assis fornece sua opinião em uma crônica escrita para a coluna "Balas de Estalo" do jornal carioca *Gazeta de Notícias*. Servindo-se do pseudônimo de Lélío, analisa o problema de forma divertida e sagaz e sugere uma solução inesperada, utilizando uma frase de Molière para ilustrar seu pensamento. O presente artigo visa demonstrar de que forma uma notícia de jornal leva Machado a retirar versos de uma peça clássica francesa e inseri-los em uma crônica carioca zombeteira, aproximando Lélío, Sosie e a anarquia.

Palavras-chave: monarquia, república, a opinião de Machado de Assis, Molière

Abstract: During the year of 1833, the measurement of the lands wich was heritated by the Count d'Eu and his wife, reflected in a bad way in the Senate and provoked an argument about wich kind of governement was cheaper, the monarchy in force or the republic. Machado de Assis presents his opinion in a chronicle wrote to the session "Balas de Estalo" of the brazilian newspaper *Gazeta de Notícias*. Using the codename "Lélío", he analyses the problem with humour and suggests an unexpected solution, using a phrase of Molière to illustrates his thought. The aim of this article is to demonstrate how a newspaper's notice makes Machado take french verses from a classical piece and place them in a mocking carioca chronicle approaching Lélío, Sosie and anarchy.

Key-words: monarchy, republic, Machado de Assis's opinion, Molière

Quando pesquisa o declínio da Monarquia brasileira e a Proclamação da República, o estudioso tende a debruçar-se nos livros de História e acompanhar o desenrolar do movimento que definiria a forma de governo adotada em nosso país. Pesquisadores descreveram esse longo e conturbado período de mudanças com minúcia e rigor. Graças a eles, sabe-se, por exemplo, que o início da década de 1880 já prenunciava grandes acontecimentos, decisivos para a história do Brasil, como o fim da escravidão e da monarquia. D. Pedro II mostrava-se cada vez mais entediado com o poder e suportava com dificuldade o calendário dos rituais populares, das festas cívicas e oficiais. Envelhecido, acabrunhado, sem dinheiro, descuidava de sua imagem e da realeza, que se apresentava em público com carruagens "escangalhadas", vestimentas simples e sapatos gastos.¹

Caricaturas ridicularizavam o monarca que não escondia seu tédio e dormia em público. Desmoronava a imagem do imperador e, com ela, seu sistema de governo. Em 1882, o roubo das jóias da imperatriz Teresa Cristina piorou a situação. A polícia prendeu Manuel Paiva, laçao de D. Pedro II, que confessou o crime, mostrou o lugar onde as jóias estavam enterradas e, pouco depois, foi liberado por ordens do monarca. Mais um caso que enfraqueceria a imagem de D. Pedro II diante de seus súditos, pois, naquele ano, ele prometera vender as jóias para investir em obras contra a seca no Ceará. Com o roubo, teria uma excelente desculpa para não concluir seu intento...

Havia ainda outros problemas mais graves. A Guerra do Paraguai fortalecera o Exército que, baseado nos princípios positivistas de Auguste Comte, acreditava ser o mais indicado para exercer o poder. Teve início, então, a disputa entre militares e civis, ou, como se dizia na época, entre "fardas e casacas", disputa esta acirrada quando, em 1883, o coronel Sena Madureira declarou publicamente ser contra a reforma do Montepio Militar. Como era proibido aos militares manifestarem-se pela imprensa, esse oficial foi advertido pelo Ministério da Guerra e a monarquia desgastou-se ainda mais.

Além disso, sustentar a família real custava muito aos cofres públicos. Viagens, festas, palácios, dotes eram pagos com o dinheiro de impostos – e de empréstimos. Os jornais ironizavam o comportamento do monarca e da corte, chamando D. Pedro II de "Banana" e o Conde d'Eu de "corticeiro". A discussão a respeito das despesas da Corte brasileira acirrou-se e foi assunto do jornal *Gazeta de Notícias*, merecendo um comentário sagaz e divertido de um dos colaboradores da coluna "Balas de Estalo", o famoso autor do então recém-publicado *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis.

Felizmente, seus textos jornalísticos têm recebido mais atenção dos pesquisadores atuais e não era sem tempo: além de revelar mais uma faceta do talento do grande escritor brasileiro, também são fonte de informações a respeito da história de nosso país.

Escrevendo para diversos periódicos por mais de quarenta anos e publicando cerca de seiscentas crônicas, Machado de Assis tornou-se um "contador de histórias" de seu tempo, e transformou um simples relato do cotidiano em mais uma obra literária de valor, ao lado de seus romances e contos. Por esse motivo, ainda hoje seus textos jornalísticos são lidos – e estudados – com tanta satisfação. Tratando de assuntos banais, como um baile no Cassino Fluminense, ou de temas sérios como a abolição da escravatura, o criador de "João das Regras", do "Dr. Semana", e de tantos outros colaboradores indignados, irônicos, nostálgicos, conseguiu descrever a sua época e perenizá-la, aliando ao seu talento de mestre das Letras, o de retratista arguto e minucioso.

Uma das colaborações mais longas e bem-sucedidas de Machado de Assis foi para o jornal carioca *Gazeta de Notícias*, publicado por seu amigo Ferreira de Araújo. Entre 1883 e 1886, assinou a coluna "Balas de Estalo" como "Lélio" e divertiu os leitores com suas crônicas

impiedosas. Nesses textos, tratou da imigração de trabalhadores, de leis abolicionistas, de apresentações de ópera e peças de teatro, da morte de Victor Hugo, de carnaval e política.

No dia 12 de setembro de 1883, abordou um problema muito discutido no país:

Anteontem, no senado, trocaram-se algumas palavras, incidentalmente, sobre qual das formas de governo é mais barata ou mais cara, se a monarquia, se a república.

Um assunto destes exige o voto de todos os cidadãos. Considero-me obrigado a vir dizer perante o meu país e meu século, que a mais barata de todas as formas de governo seria a que Proudhon preconizava, a saber, a anarquia. Pode-se gastar mais ou menos com o galo ou o peru que está no quintal, não se gasta nada com o cisne, que não se possui. A anarquia não custaria dinheiro, não teria ministros, nem câmaras, nem funcionários públicos, nem soldados; não teria mesmo tabeliães, exatamente como no Paraíso, antes e logo depois do pecado.

Sendo, porém, difícil ou impossível a decretação de tal governo, não há remédio senão escolher entre os outros. Qual deles? a autocracia, a democracia, a aristocracia ou a teocracia?

Vou dar uma solução. Os governos são como as rosas: brotam do pé. Os jardineiros podem crer que eles é que fazem brotar as rosas, mas a realidade é que elas desabotoam de dentro do arbusto, por uma série de causas, de leis anteriores aos jardineiros e aos regadores. Portanto, e visto que não podemos fazer governos como Mlle. Natté faz rosas, aproveito a circunstância auspiciosa de não ser presidente do conselho para citar dois versos de Molière, que me parecem dar a solução verdadeira do caso, e é cá a do povo-miúdo:

*Le véritable Amphytrion,
C'est l'Amphytrion où l'on dîne²*

No dia anterior, a *Gazeta de Notícias* havia publicado, como sempre fazia, o "Diário das Câmaras". O assunto bastante polêmico dizia respeito aos gastos públicos. Lê-se na segunda página:

Diário das Câmaras

Entrou em segunda discussão a proposta elevando a 33:000\$ (trinta e três contos de réis) o crédito de 18:000\$ concedido ao ministério do império para ocorrer às despesas com o serviço da medição e tombamento das terras destinadas ao patrimônio dotal de Suas Altezas os Srs. conde e condessa d'Eu.

O Sr. Silveira da Motta, membro da comissão que deu parecer sobre esse projeto, rejeitando o crédito pedido pelo governo:

- Por que não estão essas terras medidas? O império da Rússia poderia medir as suas com menos dinheiro!

Quando o governo tem no orçamento verba idêntica à que tem sido dada a outros membros, vem agora dizer que a quantia não chega, sem declarar qual o estado dessa medição, e nem ao menos os anexos ao relatório tratam desse assunto!

Qual é, pois, a razão que dá o nobre ministro da necessidade deste excesso de despesa? É que o crédito de 18:000\$ não é suficiente, segundo declara o engenheiro, cumprindo notar que, do aumento, 12:000\$ são para o mesmo engenheiro chefe.

Quanto ao tombamento, vê-se que o serviço é feito somente por 15 trabalhadores e mais um agrimensor, um escriturário e um auxiliar deste, quase uma repartição para a medição dessas terras! Todos os dias clama-se pela necessidade de economia, entretanto, o governo faz dessas coisas.

Propõem-se reduções em serviços importantes, mas na medição das terras de Suas Altezas gasta-se sem se atender ao estado do país.

- *Sr. Barão de Mamoré*: A coisa é escandalosa: 12:000\$ só para o engenheiro!

- *O orador*: Pois para medir terras é necessário um engenheiro chefe? Parece-lhe que não. Faz esses reparos por entender que o corpo legislativo deve ser prudente quando tratar de aumentar as despesas da monarquia brasileira.

É preciso que o povo brasileiro vá compreendendo que a coisa é muito cara.

- *Sr. Sinimbu*: Que tem isto com relação à instituição da monarquia?

O orador diz que a relação que tem, é que as dotações para os casamentos das princesas são instituições monárquicas (...).

- *Sr. Affonso Celso*: Está provado que a forma republicana é muito mais cara. (...) As despesas com as monarquias são muito mais baratas do que com os governos republicanos.³

O assunto não inspirou apenas Machado de Assis: em 16 de setembro, a *Gazeta* publica, na primeira página, a “Crônica da Semana”, na qual os fatos mais importantes do período são relatados e comentados por Ferreira de Araújo. Um dos temas abordados foi a medição das terras “de Suas Altezas”. Num tom jocoso, o proprietário do jornal carioca comenta o alto valor destinado ao engenheiro responsável pela empreitada e não se conforma com o tempo gasto para realizá-la:

Na verdade, pelo tempo a que se estão medindo tais terras, parece que o patrimônio dotal de Suas Altezas é mais extenso ainda, em terras, do que o privilégio do Sr. Fagundes Rezende. Mais fácil e mais expedito e sobretudo mais barato seria aos teólogos medir as barbas do Padre Eterno ou aos alfaiates as pernas do Sr. Martim Francisco Filho.

Em meio a essa discussão, Lélío escreve a crônica em que, entre outras coisas, comenta o assunto, concluindo seu pensamento com uma citação de Molière.

A frase citada pertence à peça *L'Amphitryon*, escrita em 1667 e representada em 1668. Após a interdição de *Tartuffe* e o insucesso de *Misanthrope*, o dramaturgo francês buscava escrever uma comédia que agradasse ao público e conseguiu: a peça de três atos, em versos

irregulares, entusiasmou a platéia com um assunto da mitologia grega, leve e agradável, e a utilização de máquinas para criar um efeito sobrenatural.

Amphitryon é o marido de Alcmène, jovem escolhida por Júpiter para ser a mãe de seu filho. A fim de consumir sua determinação, o "deus dos deuses" deve, porém, enganá-la: adquire a forma de Amphitryon enquanto este luta na guerra e seduz a fiel esposa do ausente. Ao retornar, Amphitryon encontra em sua casa um homem que lhe rouba a mulher, os empregados, a propriedade, os bens e até mesmo a aparência física, ou seja, sua identidade. Diante da situação trágica, não mede esforços para se fazer reconhecer, o que só ocorre na última cena, quando Júpiter se revela e anuncia a concepção de seu filho Hércules, a ser gerado por Alcmène.

O valete de Amphitryon é Sosie e é sua a fala citada por Lélío. Pertencendo ao tipo tradicional dos escravos das comédias grega e latina, a personagem vê-se envolvida em grande confusão: acaba por servir a dois senhores ao mesmo tempo, e também perde sua identidade, pois Mercúrio, o valete de Júpiter, apropria-se de sua imagem.

Ao se deparar com Júpiter, que tenta se fazer passar por seu senhor, Sosie hesita. Mas ao ser convidado por aquele para jantar, resolve-se:

Le véritable Amphitryon
Est l'Amphitryon où l'on dîne⁴

Esse pensamento indica, primeiramente, que Sosie reconhece não ser livre para decidir seu destino e, portanto, pouco lhe importa quem manda nele; em segundo lugar, sua identidade só será mantida enquanto puder garantir sua subsistência. Desse modo, aceitando como senhor quem oferecer mais vantagens, ele se tornará capaz de dominar a situação, adaptando-se a ela e revertendo-a em seu favor.

A situação de Lélío é muito parecida com a de Sosie, ao afirmar pouco se importar com os debates da Câmara. Chega a propor formas de governo absurdas, aproveitando o fato de "não ser presidente do conselho" para dizer o que lhe vem à cabeça. Na verdade, tal reação lembra a da personagem de Molière: o cronista sabe que o impasse vivido pelo país não será resolvido por ele; sabe, também, não fazer muita diferença qual sistema político prevalecerá, pois, para o "povo-miúdo", no qual se inclui, a situação econômica não apresentará grandes modificações. Finalmente, tenta garantir sua subsistência, afirmando estar sempre do lado de quem estiver com o poder.

Não é a primeira vez que esse tipo de pensamento é demonstrado. Em crônica de 4 de agosto de 1883, Lélío admite ter cogitado a idéia de se candidatar a deputado. Faltava-lhe decidir se pelo partido liberal ou conservador e se com um programa escravocrata ou abolicionista. Chegando à conclusão de que "o nome é que divide", conta uma anedota de 1840: um sujeito ia a todos os casamentos, sem ser convidado e, ao ser pressionado durante a

festa, para dizer se era parente do lado da noiva ou do noivo, respondia: "sou do lado da porta". Porque, nessa altura, já "levava o jantar no bucho".⁵

Em crônica de primeiro de janeiro de 1885, Lélío retoma essa "filosofia", aconselhando o eleitor que queria evitar "pancadaria" nas eleições a comprar bandeiras dos dois partidos adversários e a acenar alternadamente para os candidatos: "Uma vez adestrados hão de ver que, não só escapam ao cacete, mas até podem achar nisso umas horas de recreio, coisa rara neste ano de calamidades"⁶. O cronista conclui, contando a história de um "velho preto, jardineiro da Glória", a quem ele pergunta, durante a votação do primeiro escrutínio, se "era pelo Sr. Fulano ou pelo Sr. Sicrano, candidatos" e que lhe responde: "Eu sou aqui mesmo da igreja, sim senhor". Não se pode deixar de pensar também em *Esaú e Jacó*, principalmente no capítulo "Tabuleta Nova", descrição do desespero de Custódio por não saber que nome colocar em substituição a "Confeitaria do Império". A reação do Conselheiro Aires, ao aconselhá-lo a encontrar uma designação "alheia ao regimen", é bastante similar à de Lélío, quando instigado a tomar uma posição.⁷

Posição a ser reiterada em 1888, por ocasião da abolição da escravatura. Escreverá o cronista em *Bons Dias* de 11 de maio: "Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. (...) Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões". O acaso, entretanto, força-o a se posicionar: "... eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor". E justifica sua opinião, citando Aristóteles: "o melhor chapéu é o que vai bem à cabeça".⁸

Na famosa crônica de 4 de novembro de 1897, escrita para *A Semana*, Machado de Assis escreve um de seus mais belos textos ao comentar a morte do sineiro da Glória. Encontra-se aí, novamente, a mesma "filosofia" expressa por tantas vezes. O sineiro se chamava João e era escravo; mesmo após ter sido libertado, continuou a trabalhar para a igreja, repicando o sino:

Os partidos subiam ou caíam, João dobrava ou repicava, sem saber deles. Um dia começou a guerra do Paraguai, e durou cinco anos; João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi o João. Um dia proclamou-se a República, João repicou por ela, e repicaria pelo Império, se o Império tornasse. Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício. "9"

Como se vê, o cronista faz sempre questão de deixar transparecer que para o "povo miúdo" não interessa quem está no poder. Ao citar uma fala de Sosie, Lélío se coloca na posição do valete, a quem só interessa salvar a própria pele e tirar proveito das situações.

Para Sosie, há um abismo enorme a separá-lo de Amphitryon e uma distância maior ainda a separá-lo de Júpiter. O valete é duplamente inferior: ele não é respeitado por seu amo, nem por aquele que é hierarquicamente superior a Amphitryon. Como não pode seguir seu próprio destino, serve-se da palavra para, ao menos, usufruir da liberdade de dizer o que pensa:

"Mercure: Quel est ton sort, dis-moi?
Sosie: D'être homme et de parler.
Mercure: Es-tu maître ou valet?
Sosie: Comme il me prend envie.
Mercure: Où s'adressent tes pas?
Sosie: Où j'ai dessein d'aller.
Mercure: Ah, ceci me déplaît.
Sosie: J'en ai l'âme ravie."¹⁰

Sosie é escravo, mas não admite perder sua identidade. Pouco importa a quem vai servir, se mantiver sua autenticidade. Diante dos golpes de Mercure, ao tentar convencê-lo de que ele é o valete de Amphitryon, Sosie se mostra impassível:

"Mercure: Hé bien! es-tu Sosie à présent? qu'en dis-tu?
Sosie: Tes coups n'ont point en moi fait de métamorphose;
Et tout le changement que je trouve à la chose,
C'est d'être Sosie battu".¹¹

Ao citar um valete ousado, o cronista insinua que, fazendo parte do povo, não tem o poder de interferir nas decisões importantes relativas à nação; por outro lado, afirma jamais perder sua identidade e a liberdade de expressar seus pensamentos.

As crônicas machadianas indicam que boa parte da população não participa das decisões do governo, cabendo a ela apenas acatá-las. Mostram também, não importar quem está no poder, se uma vida tranqüila lhes for garantida. Entretanto, uma negativa de Lélío demonstra não ser ele comodista, revelando seu olhar crítico e agudo.

Ao escrever: "aproveito a circunstância auspiciosa de *não* ser presidente do conselho para citar dois versos de Molière", Lélío recorda que, acima de todos os partidos e governos, está a liberdade do cronista. Machado de Assis nunca participou da vida política do Império, pelo menos não *diretamente*. Mas todos os assuntos políticos de seu tempo estiveram presentes em suas crônicas e cabe ao leitor atento encontrá-las em meio a anedotas, ironias e ... citações.

Acima de Amphitryon está Júpiter e bem abaixo de ambos está Sosie. O deus dos deuses não pergunta ao marido de Alcène se ele lhe empresta a esposa para gerar um filho: Amphitryon não é dono de seu destino. Mas nem Júpiter o é totalmente: ele *depende* de uma

mortal para dar continuação a seus projetos. Essa dependência o leva ao cúmulo da hipocrisia: apoderar-se da identidade de outro, correndo o risco de perder a sua própria, quando se encanta com a doce e fiel Alcène: "Ses pleurs touchent mon âme, et sa douleur m'afflige."¹²

Longe da luta entre os dois está Sosie, que também teve sua identidade ameaçada. Ao invés de tentar matar seu duplo, entretanto, o valete lhe propõe:

"Laissons aux deux Amphitryons
Faire éclater des jalousies
Et parmi leurs contentions,
Faisons en bonne paix vivre les deux Sosies"¹³.

Sosie não é um cavalheiro, não precisa duelar com seu rival; sabe serem duas pessoas diferentes e que sua personalidade não depende de uma aparência externa para se manifestar.

Finalmente, mais um ponto aproxima Lúlio de Sosie: o fato de não ter o poder de tomar decisões lhes permite uma maior liberdade de viver e de manifestar seus pensamentos. Ambos usam o humor para se expressar e criticar um sistema que os deixa de lado. Sosie é a personagem cômica da peça de Molière e, ao fazer questão de interpretá-la, o dramaturgo francês sugere estar, por detrás do riso, seu olhar atento e crítico. Do mesmo modo, Machado de Assis se apresenta sob a forma do atrapalhado Lúlio e deixa transparecer, por meio da ironia, uma visão precisa de seu tempo. De seu tempo, e do tempo que viria. Anos mais tarde, ainda escrevendo crônicas, demonstraria estar certo: a proclamação da República não havia mudado a vida dos brasileiros. Aliás, o povo não estava interessado em participar do novo sistema de governo, como se não fizesse parte dele. Em colaboração para a coluna "A Semana" da *Gazeta de Notícias*, Machado de Assis escreve em 24 de abril de 1892 um texto a respeito das eleições que haviam ocorrido e da indiferença da população:

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor; a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isto mais que ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios. O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva; mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo, outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque

os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

*Sara, belle d'indolence,
Se balance
Dans un hamac...*¹⁴

Na primeira página da edição do dia 21 de abril de 1892, a *Gazeta de Notícias* comentou o resultado da eleição senatorial para preenchimento da vaga que se dera pela renúncia de João Severiano da Fonseca. Até aquela data, a vitória era de Aristides Lobo, com 1.468 votos. Quintino Bocaiúva ocupava o sexto e último lugar com 38 votos. O jornal trazia também o número de abstenções:

O número de eleitores da Capital Federal é de 28.062. Deduzidos 3.035 das freguesias suburbanas cujo resultado ainda não conhecemos, restam 25.027. Destes, apenas compareceram à eleição 3.112.

Deixou de haver eleição, por falta de comparecimento de mesários ou dos eleitores, em 29 seções das diversas freguesias acima mencionadas.

Em algumas seções as respectivas mesas funcionaram apesar de não estarem completas.

No dia seguinte, o jornal publicou um artigo não assinado na primeira página, provavelmente de Ferreira de Araújo, no qual se tentava justificar a ausência da população nas urnas pelas ações do governo republicano:

O resultado da eleição a que se procedeu ante-ontem nesta capital, para o preenchimento de uma vaga no senado, provocou da parte de alguns dos nossos distintos colegas as mais judiciosas ponderações. Com pesar, verificaram eles que a maior parte, quase a totalidade do eleitorado fluminense se absteve de concorrer às urnas e conquanto procurem justificar essa abstenção pela falta de espírito político no pleito e pela escolha dos candidatos, nem por isso deixam de a considerar um sintoma perigoso para a nossa vida constitucional. /.../

Urnas e espadas não foram feitas para andar juntas e, ou há de predominar o sufrágio, quaisquer que sejam os seus defeitos, ou o país tem de ser dirigido pela força armada, dando ao seu governo o caráter do mais genuíno militarismo.

Se querem que o povo vote e que o seu voto seja, não uma ficção, mas uma realidade que produza todos os seus efeitos, coloquem a vida nacional no seu verdadeiro eixo, dando ao povo o seu governo e restituindo a força armada às suas nobres e legítimas funções.

Enquanto não se fizer isso, as lamúrias pela abstenção são muito parecidas com as chamadas lágrimas de crocodilo.

Em 7 de agosto desse mesmo ano, Machado de Assis volta a comentar a indiferença dos cariocas. Segundo o colaborador da *Gazeta*, "uma pequena minoria é que se deu ao trabalho de enfiar as calças, pegar do título e da cédula e caminhar para as urnas." Ele explica ser tal postura devida não à descrença, como queriam muitos, mas à inércia do leitor, assíduo nos teatros e procissões e incapaz de sair de casa "sem almoço, sem leitura de jornais, sem sofá ou rede, sem chambre, sem um ou dous pequerruchos, para ir votar em alguém que o represente no Congresso". Sugere uma solução simples para acabar com a preguiça do eleitorado: levar a urna à casa de cada cidadão para que ele vote estendido na sua "chaise-longue".

Dois anos depois, retoma o assunto: a população do Rio de Janeiro deveria "caminhar para as urnas" a fim de eleger o presidente do Estado. O desinteresse em votar continuava grande e o cronista não hesita em tentar combatê-lo:

Cumpram que os eleitores elejam, que se movam, que saiam de suas casas para correr às urnas, que se interessem, finalmente, pelo exercício do direito que a lei lhes deu, ou lhes reconheceu. Não creio, porém, que baste a exortação. A exortação está gasta. A indiferença não se deixa persuadir com palavras nem raciocínios; é preciso estímulo. Creio que uma boa reforma eleitoral, em que esta consideração domine, produzirá efeito certo. ¹⁵ⁿ

Indiferença, falta de estímulo, inércia. Assim é caracterizada a postura do fluminense, o qual vai com prazer aos teatros e se recusa a "correr às urnas". O destino do país parecia já não interessar ao povo que assistira indiferente à proclamação da República, nem mesmo àqueles que acreditavam nos benefícios trazidos pela mudança de regime. O novo governo escandalizou monarquistas como Taunay, atônito com a febre de enriquecimento e a valorização do dinheiro, e até um republicano ardoroso como Raul Pompéia, defensor de um governo militar, não pôde deixar de se indignar com o domínio das finanças em todos os campos.

Também causara grande desapontamento a promessa de mudanças políticas. A Constituição de 1891 trouxera poucas novidades e ainda restringia a participação civil nas eleições: não podiam votar os pobres, os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas, ou seja, a maioria da população. No âmbito social, mais frustração: as reformas prometidas não foram cumpridas e o sonho de progresso rápido perdeu forças. Para José Murilo de Carvalho¹⁶

a rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com

que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.

Em 3 de novembro de 1891, o Congresso é dissolvido, Deodoro da Fonseca é destituído de seu cargo e a presidência, entregue a Floriano vinte dias depois. Combatem-se os efeitos do encilhamento, o aumento no custo de vida e surgem as greves, as reivindicações por reajustes salariais, a inflação.

Machado de Assis iria manter-se discreto em relação à mudança de regime. Para Valentim Faciolli¹⁷

Diante da República a posição do escritor foi ambígua. Nunca a aplaudiu propriamente, nem a negou preferindo o Império. O texto machadiano, entretanto, questionou a base dos novos mecanismos de dominação, indispôs-se sempre com a história oficial, com a versão institucionalizada dos acontecimentos, corroendo tudo mediante a negação do sentido.

No entanto, a leitura do texto aponta para duas direções: De um lado, revela uma crítica aos preguiçosos fluminenses: "O que sei, é que fui à minha seção para votar", ou seja, o cronista cumpriu sua obrigação cívica, exerceu seu direito como cidadão, direito pelo qual lutara e morrera o mártir Tiradentes, deixando um legado preterido por seus patrícios. De outro lado, demonstra compreender os motivos que levaram os cariocas a preferir ficar em casa: "A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor", isto é, o espetáculo da República, "sem alma e sem vigor"¹⁸ apresentado por figuras desconhecidas e indiferentes às necessidades da população, já decepcionara e tornara-se uma farsa monótona, à qual não se queria assistir.

Machado de Assis não ignorou as questões políticas de sua época; porém, teve sempre um comportamento discreto no que dizia respeito às suas opiniões. Para conhecê-las, faz-se necessário traçar o caminho indicado pelas crônicas escritas durante quarenta anos de colaboração jornalística. Por meio desses textos, aparentemente leves e coloquiais, o pacato funcionário público revolta-se, constrói barricadas e subleva-se, desferindo estocadas mais certeiras e profundas com sua pena do que muitos, com uma espada. Adverte, ameaça, zomba e ridiculariza, para depois se despedir educadamente do leitor, e voltar à calma segurança de seu lar.

NOTAS

¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 410-416.

² MACHADO DE ASSIS, J.M. *Crônicas de Lélío*. Rio de Janeiro: Ediouro, 19-a.

³ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 11/09/1883.

⁴ MOLIÈRE, *Amphitryon*, Paris: GF, 1991, p. 138.

-
- ⁵ MACHADO DE ASSIS, *Crônicas de Lélío*, Rio de Janeiro: Ediouro, 19-a, p.51-55.
- ⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1885, p. 3.
- ⁷ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro, Ediouro, 19-b, p.96-98.
- ⁸ MACHADO DE ASSIS, J.M. *Obra Completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1994, p. 488-489.
- ⁹ IDEM, p.771.
- ¹⁰ MOLIERE. *Amphitryon.*, Paris: GF, 1991, p.45.
- ¹¹ IDEM, p. 50.
- ¹² MOLIERE.op. cit., p.109.
- ¹³ IDEM, p.143.
- ¹⁴ HUGO, Victor. *Les Orientales/Feuilles d'Automne*. Paris : Gallimard, 1988.
- ¹⁵ MACHADO DE ASSIS. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Jackson, 1962, p.138, vol. 27.
- ¹⁶ MURILO DE CARVALHO, José. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 45.
- ¹⁷ FACIOLI, V. In BOSI, A (et al) *Machado de Assis*. R.J.: Ática, 1982, p.53.
- ¹⁸ FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2000, p.167.